



INFRA S.A.
ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Documento nº 9262879/2025/SULIC-INFRASA/DIRAF-INFRASA/PRESI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.004008/2024-11

Interessado: Diretoria de Empreendimentos, Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 020/2024

OBJETO: *Contratação de empresa de engenharia consultiva especializada na execução de programas ambientais em subsídio aos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura do portfólio da Infra S.A., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório (Bloco 2).*

LICITANTE CLASSIFICADO EM 2º LUGAR:

CONSÓRCIO ASTEC-PROGAIA, formado pelas empresas:

1 - ASTEC ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 65.708.604/0001-32 (70 %);

2 - PROGAIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA - EPP, CNPJ: 04.291.396/0001-24 (30 %).

Valor da Proposta Registrada: R\$ 31.221.901,86

1. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Requisito	Atendimento	Análise
6.1 - Ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.	Sim	Serviços de Engenharia Documentação de Habilitação do

Requisito	Atendimento	Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - Análise ASTEC (SEI nº 9258865)
6.2 - Constituída como pessoa jurídica.	Sim	Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
6.3 - As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre, no momento da licitação.	N/A	-
6.4 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País, em regra, devem ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.	N/A	-
6.10. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:		
6.10.1 - A empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de 01 (uma) empresa que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;	Sim	Serviços de Engenharia Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868) Declarações Unificadas (SEI nº 9258332) e Declaração Unificada Retificada_ASTEC (SEI nº 9284362)
6.10.2 - A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Infra S. A.;	Sim	
6.10.3 - Empresa suspensa de licitar e contratar com a Infra S. A.;	Sim	
6.10.4 - Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;	Sim	
6.10.5 - Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.6 - Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;	Sim	
6.10.7 - Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;	Sim	
6.10.8 - Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;	Sim	
6.10.9 - Empresa que tenha sofrido decretação de falência, dissolução, concurso de credores, ou insolvência, bem como que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSUG/PFG/AGU;	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868) Certidão PROGAIA - TJDFt emitida em 08/01/2025 - válida até 07/02/2025 (SEI nº 9258332) Certidão ASTEC - TJSP emitida em 09/01/2025 - válida até 09/05/2025 (SEI nº 9258332)
6.10.10 - Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Infra S. A. há menos de 6 (seis) meses;	Sim	Serviços de Engenharia

Requisito	Atendimento	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Análise
6.10.11 - Pessoa física com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Infra S. A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação, ou com autoridade do Ministério dos Transportes;	Sim	Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
6.10.12 - Empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;	Sim	Declarações Unificadas (SEI nº 9258332)
6.10.13 - Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com a presente licitação;	Sim	Não constam impedimentos diretos e indiretos registrados no SICAF e TCU.
6.11.a - Regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
6.11.b - Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;	Sim	
6.11.c - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;	Sim	
6.11.d - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;	Sim	
6.11.e - Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU;	Sim	
6.11.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).	Sim	
6.15. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:		
6.15.1 - Será admitida a participação de ME/EPP, todavia, não terão direito ao tratamento diferenciado em razão do desenquadramento obrigatório pelo valor do contrato.	N/A	N/A

2. PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Requisito	Atendimento	Análise
6.16.1 - Poderão participar da presente licitação empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio, formado por até 3 (três) empresas , de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência /Projeto Básico de cada grupo.	Sim	Consórcio formado por 2 (duas) empresas.

Requisito	Atendimento	Análise
<p>6.16.2 - As empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio deverão apresentar o compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, discriminando e determinando:</p> <p>a) A empresa líder do Consórcio, que será responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas e pela operação do Sistema;</p> <p>b) Conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de Contrato, receber o preço do Serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;</p> <p>c) Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no Preço;</p> <p>d) As obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;</p> <p>e) Compromisso dos consorciados de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;</p> <p>f) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;</p> <p>g) Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado e atestado pelo Gestor do Contrato ou autoridade superior.</p>	Sim	<p>Termo de Constituição de Consórcio (SEI nº 9284365)</p> <p>a) Cláusula Sexta</p> <p>b) Cláusula Sexta</p> <p>c) Cláusula Quinta</p> <p>d) Cláusula Sétima</p> <p>e) Cláusula Nona</p> <p>f) Cláusula Quarta</p> <p>g) Cláusula Nona</p>
6.16.3 - As empresas ou associações constituídas sob a forma de consórcio deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital por parte de cada consorciado.	Sim	<p>Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332).</p> <p>Termo de Constituição de Consórcio (SEI nº 9284365).</p>
6.16.4 - Para efeito de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá comprovar sua qualificação na proporção de sua respectiva participação, com o acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para os licitantes consorciados, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por ME/EPP.	Sim	Conforme análise abaixo.
6.16.5 - Para efeito de qualificação técnica, será válido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ou a apresentação isolada por um único consorciado. Neste último caso, a consorciada ficará impedida de retirar-se do consórcio.	Sim	Por ambas as consorciadas.
6.16.6 - No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.	Sim	Empresas brasileiras
6.16.7. A líder do consórcio será a representante junto à CPL para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou a consorciada, e deverá deter poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros.	Sim	Termo de Constituição de Consórcio (SEI nº 9258332) - Representação pelo Sócio da ASTEC

3. PROPOSTA DE PREÇOS

Requisito	Atendimento	Análise
12.1 - Proposta emitida em documento timbrado que identifique o licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal ou procurador, com indicação do número da cédula de identidade, órgão emissor, número de CPF e cargo por ele ocupado na empresa.	Sim	Após diligências, a Proposta Comercial_REV4 Final (SEI nº 9308560)
12.1.a - O número do Edital, data e hora da sua realização.	Sim	
12.1.b - O nome, a razão social da licitante, CNPJ, endereço, telefones, fax, endereços eletrônicos e funcionário de contato.	Sim	
12.1.c - As especificações detalhadas do(s) bem(ns)/serviço(s) ofertado(s).	Sim	
12.1.d - O prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação. 12.2. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos para efeito de julgamento.	Sim	
12.1.e - O preço ofertado deverá ser expresso em REAL (R\$), limitado a 02 casas decimais, devendo ser desprezadas as demais.	Sim	
12.1.f - Para fins de cálculo das planilhas, somente serão consideradas 2 (duas) casas decimais, sendo as demais desconsideradas, não sendo permitido o arredondamento. A licitante deverá “truncar” a planilha de preços de modo a evitar dízimas que culminem em erros de cálculo.	Sim	
12.1.g - Os dados bancários para recebimento (pagamento) em nome da licitante: Nome e número do Banco, agência e conta corrente.	Sim	
12.1.h -Eventuais Memórias de Cálculo que se fizerem necessárias, caso solicitado;	Sim	
12.1.i - Proposta digitalizada, devidamente assinada pelo representante da empresa e a planilha em meio editável (excel)	Sim	
12.1.j - Planilha Orçamentária preenchida de acordo com o valor final proposto e modelo constante do Anexo 1E - ORÇAMENTO REFERENCIAL, contendo as Composições de Custos Unitários, BDI e Detalhamento dos Custos Administrativos e das Despesas Indiretas.	Sim	

Requisito	Atendimento	Análise
<p>13.2. Consideram-se inexecutáveis as propostas com valor global inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores.</p> <p>13.2.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Infra S. A.; ou</p> <p>13.2.2. Valor do orçamento estimado pela Infra S. A.</p> <p>13.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor orçado, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no Instrumento Convocatório, em conformidade com o § 6º, do art. 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da Infra S.A., assim calculada: [(Valor Estimado X 80%) - Valor da Proposta] = Valor a ser Garantido na Garantia Adicional.</p> <p>13.5. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.</p> <p>13.6. A Comissão conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta por meio de diligência realizada no curso do procedimento licitatório.</p>	Sim	<p>Valor Estimado = R\$ 49.558.574,38</p> <p>80% do Valor Estimado = R\$ 39.646.859,50</p> <p>Valor da Proposta = R\$ 31.221.901,86</p> <p>Valor a ser garantido na Garantia Adicional= R\$ 8.424.957,64</p>

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Requisito	Atendimento	Análise
Habilitação Jurídica		
14.2.1 - Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente.	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
14.2.2. No caso de empresário individual : Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede.	N/A	N/A
14.2.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU : Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
14.2.4. No caso de sociedade simples : Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.	N/A	N/A

Requisito	Atendimento	Análise
12.4.5. No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP): Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Caso julgue necessário, o Presidente da CPL poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta.	N/A	N/A
14.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. 14.2.7. As empresas estrangeiras que não funcionem no país deverão apresentar o cadastramento no SICAF, com um dos dois códigos identificadores abaixo, obtido previamente pela empresa e informado no seu credenciamento (nível I do cadastro no SICAF): Trade Identification Number (TIN) * – estabelecido pela World Customs Organization (WCO). D-U-N-S Number * – desenvolvido pela empresa Dun & Bradstreet.	N/A	N/A
14.2.8. Procuração por instrumento público, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es) com poderes estatutários para firmar compromisso.	N/A	N/A
14.2.9. Compromisso de Constituição do Consórcio, se for o caso e nos termos deste Edital.	N/A	N/A
14.4. Regularidade Fiscal		
14.4.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332)
14.4.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.	Sim	Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)
14.5. Qualificação Econômico-Financeira		
14.5.1 - Certidão negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação judicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida por Cartório Distribuidor Judicial do domicílio ou sede do licitante, expedida em data não superior a 120 (cento e vinte) dias e dentro da validade. Caso não conste validade expressa, entende-se válida as certidões emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.	Sim	Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332) Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865) Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868) Certidão PROGAIA - TJDFt emitida em 08/01/2025 - válida até 07/02/2025 (SEI nº 9258332) Certidão ASTEC - TJSP emitida em 09/01/2025 - válida até 09/05/2025 (SEI nº 9258332)
14.5.2. Demonstração Financeira (Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas - NE, se for o caso) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que		

comproven a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou	Atendimento	Análise
<div>Requisito</div> <p>balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.</p> <p>a) No caso de Sociedade Anônima: publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.</p> <p>b) A demonstração financeira deverá estar registrada na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável ou profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;</p> <p>c) A demonstração financeira poderá ser apresentada por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, compreendendo: o Balanço Patrimonial completo, inclusive o termo de abertura e encerramento, o Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital - RECD junto à Receita Federal e as Notas Explicativas, quando for o caso.</p> <p>14.5.3. Conforme RILC/INFRA, com base nos dados extraídos da Demonstração Financeira apresentada, será avaliada a capacidade financeira da empresa, da seguinte forma, acumuladamente:</p> <p>a) Por meio de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou do SICAF:</p> <p>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</p> <p>LG = -----;</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p> <p>Ativo Total</p> <p>SG = -----; e</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p> <p>Ativo Circulante</p> <p>LC = -----.</p> <p>Passivo Circulante</p> <p>b) Comprovar possuir capital social ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.</p> <p>c) Comprovar possuir o Saldo Disponível (SD) que indique a capacidade de crescimento da atividade operacional da empresa maior que zero, resultante da aplicação da seguinte fórmula:</p> <p>SD = CCL - NIG</p> <p>Capital Circulante Líquido (CCL) = Ativo Circulante - Passivo Circulante</p> <p>Necessidade de Investimento de Giro (NIG) = Ativo Circulante Operacional - Passivo Circulante Operacional</p> <p>14.5.4. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido o acréscimo de até 30% dos valores exigidos para a licitante individual, considerando-se o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua participação, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por micro e pequenas</p>	<p>Sim</p>	<p>Documentação de Habilitação do Consórcio (SEI nº 9258332)</p> <p>Certidão (ões) - ASTEC (SEI nº 9258865)</p> <p>Certidão (ões) - PROGAIA (SEI nº 9258868)</p> <p>Relatório Financeiro</p> <p>SPED ASTEC - SEI nº 9258865 e 9258332</p> <p>CS = R\$ 5.000,00 PL = R\$ 51.482.197,57</p> <p>LG = 35,63 SG = 38,57 LC = 38,19</p> <p>CCL = R\$ 46.346.462,30</p> <p>NIG = R\$ 12.680.806,25</p> <p>SD = R\$ 33.665.656,05</p> <p>SPED PROGAIA - SEI nº 9258868 e 9258332</p> <p>CS = R\$ 3.000.000,00 PL = R\$ 11.451.802,69</p> <p>LG = 2,30 SG = 3,05 LC = 2,30</p> <p>CCL = R\$ 7.285.217,35</p> <p>NIG = R\$ 4.084.079,40</p> <p>SD = R\$ 3.201.137,95</p> <p>Valor estimado: R\$ 49.558.574,38</p> <p>13% = R\$ 6.442.614,67</p>

empresas; a) O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio patrimônio líquido , sendo o resultado somado e confrontado com o patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio. b) Os índices deverão ser comprovados isoladamente.		Atendimento	Análise
14.6. Qualificação Técnica			
14.6.1. Qualificação Técnica Operacional	Sim	Planilha Análise de Qualificação Técnica (SEI nº 9277319) Ofício 8 (SEI nº 9263562) Ofício 18 (SEI nº 9288358) Ofício 22 (SEI nº 9308795)	
14.6.2. Qualificação Técnica Profissional	Sim		
14.7. Declarações			
14.7.1. - Declaração Unificada, conforme Anexo II deste Edital.	Sim	Declarações Unificadas (SEI nº 9258332) e Declaração Unificada Retificada _ASTEC (SEI nº 9284362)	
14.10. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo. a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; c) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.	Sim	CNPJ da matriz de cada consorciada.	

5. CONCLUSÃO

5.1. Procedida as análises conforme acima detalhado, conclui-se pela **HABILITAÇÃO**, do Consórcio **ASTEC-PROGAIA**, formado pelas empresas **ASTEC ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: 65.708.604/0001-32 e **PROGAIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA - EPP**, CNPJ: 04.291.396/0001-24, fundamentada na Planilha Análise de Qualificação Técnica (SEI nº 9277319), Ofício 8 (SEI nº 9263562), Ofício 18 (SEI nº 9288358) e Ofício 22 (SEI nº 9308795) exarados pela Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial - **SUGAT** e aprovado pela Diretoria de Empreendimentos - **DIREM**, em 15/01/2025, 20/01/2025 e 23/01/2025, respectivamente, cujo mérito técnico é de inteira responsabilidade da unidade.

MARIA CECÍLIA MATTESCO CAIXETA

Presidente da Comissão de Licitação

Sônia Pinchemel de Carvalho Amorim

Membro

Portaria nº 358, de 04 de dezembro de 2024 (SEI nº 9139409)

Despacho 130 (SEI nº 9051147)

Luciana Madeiro Ximenes

Membro



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES**, Membro de **Comissão de Licitação**, em 24/01/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 24/01/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Pinchermel de Carvalho Amorim, Membro de Comissão de Licitação**, em 24/01/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9262879** e o código CRC **2D07C5AF**.



Referência: Processo nº 50050.004008/2024-11



SEI nº 9262879

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: